NOTÍCIAS DA DPMG
Boletim Informativo da Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais
Ano VIII • De 9 a 15 de maio de 2022
N. 191

Semana da Defensoria Pública 2022 tem programação inspirada nas Câmaras de Estudos

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep) e com o apoio da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), vai promover uma variada programação para marcar o Mês das Defensoras e dos Defensores Públicos e o Dia Nacional da Defensoria Pública, celebrado em 19 de maio.

Neste ano, além da retomada dos eventos de forma presencial e da realização do já tradicional Casamento Comunitário de BH, as atividades foram inspiradas nas Câmaras de Estudos, vinculadas à Coordenação do Centro de Desenvolvimento Institucional (CDI) da DPMG.

Confira, no link da imagem, a programação proposta e organizada por membras e membros integrantes das Câmaras de Estudos e que contempla temas ligados à atuação multifacetada das defensoras e defensores públicos e à variedade de missões da Defensoria, frente a um universo de vulnerabilidades.

Os eventos acontecem no Auditório da sede I da DPMG na Capital, com transmissão ao vivo pelo canal da Defensoria no YouTube (www.youtube.com/c/defensoriamineira).

Casamento Comunitário de BH está volta. Festa da cidadania será dia 19 de maio no Minascentro

Evento faz parte do calendário oficial da Defensoria Pública de Minas Gerais e é retomado após 2 anos de suspensão por causa da pandemia

O tradicional Casamento Comunitário da Defensoria Pública de Minas, em Belo Horizonte, será realizado no dia 19 de maio, no Minascentro, a partir das 10 horas, em uma grande festa da cidadania. O evento, que chega à sua quinta edição na capital, faz parte do calendário oficial da Instituição e também integra a programação da Semana da Defensoria Pública 2022.

A iniciativa é voltada para pessoas hipossuficientes, que moram em Belo Horizonte, e sonham se casar, mas não têm condições de arcar com as taxas dos cartórios.

Nesta edição, 169 casais se inscreveram. A ação da DPMG dá oportunidade aos casais de legalizarem sua situação civil e realizarem o sonho do grande dia: a cerimônia nupcial.

O Casamento Comunitário se destaca por proporcionar não só a proteção jurídica e garantia dos direitos civis da família e sucessões, mas a regularização de relações familiares, a valorização do afeto do casal e, consequentemente, da família, revelando-se importante fator de prevenção aos conflitos sociais.

A ação conta com o apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio da Corregedoria-Geral de Justiça, Cartórios de Registro Civil de Belo Horizonte, Polícia Militar de Minas Gerais, Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEPMG) e Governo de Minas Gerais, além de uma ampla rede de parceiros.

Leia a matéria na íntegra

TJMG defere liminar em ADPF Estadual proposta pela Defensoria de Minas determinando a suspensão de taxas em Guaranésia

PÁGINA 2

NESTA EDIÇÃO

> Ações em destaque I Deu na mídia — PÁG. 2 e 3
> Mundo oficial — PÁGINA 2
> Escola Superior I Acontece — PÁG. 3 e 4
> Procedimentos e comunicados internos — PÁG. 5 e 6

AÇÕES EM DESTAQUE

TJMG defere liminar em ADPF Estadual proposta pela Defensoria de Minas determinando a suspensão de taxas em Guaranésia

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais deferiu medida liminar destinada à suspensão da cobrança das Taxas de Serviços de Pavimentação, Taxas de Limpeza Pública e as Taxas de Conservação de Calçamento, previstas no Código Tributário do Município de Guaranésia, região Sul do estado (Lei n. 631 de 12 de dezembro de 1977).

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), de nº 1.0000.21.242265-3/000, foi proposta pelo defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, que apontou violação ao disposto nos artigos 4º, § 2º, 144, II e § 2º, da Constituição do Estado de Minas Gerais, "já que não atendem os pressupostos da especificidade e divisibilidade".

Ao conhecer a ação, o TJMG consignou ainda que as garantias da ordem tributária consubstanciam preceitos fundamentais.

O defensor público Gustavo Dayrell, que colaborou para a elaboração da petição inicial, esclareceu que "a ADPF Estadual foi instituída em 4 de novembro de 2021 pela Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais de nº 110 e configura importante instrumento para sanar lesão ao direito pré-constitucional, com escopo de proteção de preceitos fundamentais".

Acesse aqui o acórdão

DEU NA MÍDIA

PORTAL TJMG

Órgão Especial do TJMG acolhe liminar da DPMG e suspende cobrança de taxas públicas em Guaranésia

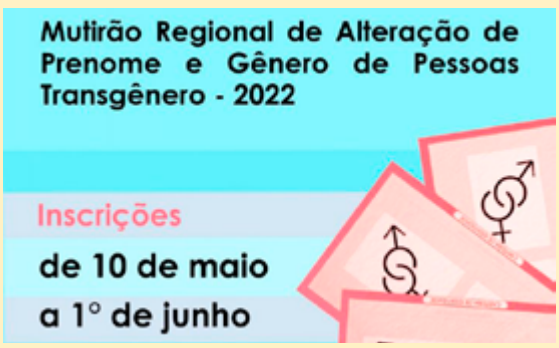
Leia mais

OUTROS

Semana da Defensoria Pública 2022, Casamento Comunitário e Mutirão de Alteração de Prenome e Gênero também ganham destaques na mídia

Semana da Defensoria: Portal CNJ

Casamento Comunitário: Agência Minas



Mutirão em Ituiutaba: Regionalzão

Inscrições para o mutirão em Uberlândia, Ituiutaba e Patos de Minas: TV Integração

Acesse aqui outros destaques

MUNDO OFICIAL

Defensora pública participa de evento em que governador anuncia complexo hospitalar em Barbacena

A defensora pública Delma Gomes Messias (*na foto, 1ª à direita*), em atuação na Defensoria Pública de Minas Gerais em Barbacena, representou a Instituição em evento na sexta-feira (6/5), no município, que teve a presença do governador de Minas Gerais, Romeu Zema. A visita do governador aconteceu, principalmente, com o objetivo de anunciar a criação do Complexo Hospitalar de Barbacena (CHB), que reúne o Hospital Regional de Barbacena Dr. José Américo (HRB-JA) e o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena (CHPB).

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG emite recomendação para que pessoas com deficiência não tenham restrição à meia-entrada na Bienal do Livro

Em mais uma atuação como guardiã dos vulneráveis, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) emitiu recomendação aos organizadores da Bienal Mineira do Livro 2022 com o objetivo de garantir, sem restrições, o benefício da meia-entrada para as pessoas com deficiência.

A bienal, que está sendo realizada em Belo Horizonte nos dias 13 a 22 de maio, informou em seus meios de divulgação que, para a concessão da meia-entrada para a pessoa com deficiência, seria exigida a apresentação de documentos previstos no Decreto Federal nº 8.537/2015, como o Cartão de Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social da Pessoa com Deficiência ou documento emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O Decreto regulamenta a Lei Federal nº 12.933/2013, que assegura o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos.

Ocorre que, conforme argumentado na recomendação da DPMG, "a Lei Federal nº 12.933/2013 não estabelece qualquer tipo de restrição à fruição do benefício por parte das pessoas com deficiência".

Segundo o coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Estêvão Machado de Assis Carvalho, que assina a recomendação, a função do Decreto é regulamentar e disciplinar a aplicação da lei, e não restringir seu âmbito de atuação.

Leia a matéria na íntegra

Defensoria de Minas em Mariana garante custeio de exame para criança diagnosticada com o transtorno do espectro do autismo

A pedido da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), em Mariana, a 9ª Câmara Cível da comarca deferiu tutela de urgência, determinando ao plano de saúde MediSanitas (Notre Dame) que autorize e custeie exame médico para uma criança diagnosticada com o transtorno do espectro do autismo (TEA). O exame em questão, "exoma padrão completo (NGS)", permite um diagnóstico definitivo, além da avaliação do tratamento e prognósticos adequados para a proteção integral da saúde da criança através de uma intervenção preventiva. O plano de saúde negou o custeio do exame por não constar de rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde (ANS).

A Defensoria Pública em Mariana, então, distribuiu ação judicial na Vara da Infância e Juventude da comarca, em favor da criança.

Leia a matéria na íntegra

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública participa de seminário de abertura do Curso de Especialização em Direito Sanitário

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi representada pela coordenadora da Escola Superior (Esdep), defensora pública Neusa Guilhermina Lara, na abertura do seminário "A Efetivação do Direito à Saúde no Brasil: perspectivas de atuação conjunta em questões estruturais" realizada na quinta-feira (12/5).

Foto: Eric Bezerra/MPMG

O evento aconteceu de forma híbrida, com as atividades presenciais no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça

Entre outras autoridades, a abertura contou com a participação de forma remota da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes Rocha. Também estava presente o coordenador da Defensoria Especializada de Saúde, defensor público Bruno Barcala Reis.

O seminário prosseguiu até a sexta (13/5) e marcou o início do Curso de Especialização em Direito Sanitário promovido pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG).

A DPMG e a Esdep são parceiros do evento e da especialização, em cooperação técnica.

Leia a matéria na íntegra

ACONTECE

ESDEP INFORMA

Chamada de artigos para revista da Defensoria Pública de São Paulo

A Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo comunica a abertura de prazo para submissão de artigos para o seu próximo número, que trará o dossiê temático "Questões atuais em Direito Penal e Criminologia". **Os artigos deverão ser enviados pelo site da Revista até 10 de setembro de 2022**.

Veja aqui as orientações

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG